

INTRODUÇÃO – CRIANÇAS «SEM» A SUA INFÂNCIA

“(…) deveria soar como trompeta do Apocalipse; aos ouvidos cansados de tantos que teem filhos e de tantos que os virão a ter; - a criança portuguesa ou não tem pão, ou não tem educação. Mas se isto é assim, menos certo não é que uma grande parte, uma enorme percentagem das crianças da nossa terra – não tem pão, nem educação.”

(Mendonça, 1925: 7)

Ao longo da História da Educação e das Ideias, desde os diálogos socráticos, pedagogos e os filósofos da moral, da sociedade e da política, intentaram sistematicamente constituir uma percepção e imagem da criança compatível com as suas percepções particulares de vida social e com as suas especulações sobre o futuro. Séculos após séculos de prática e debate sobre as modas na educação das crianças, ainda não chegámos a nenhum consenso, relativamente à questão da infância, apesar desse desejo helénico de encontrar e incutir as virtudes nas almas dos jovens e do compromisso antigo do bem-estar da criança, da atenção pedagógica que deve merecer e da conceptualização da criança como prática social.

Transcorreu trinta e cinco anos desde que as Nações Unidas declararam o Ano Internacional da Criança. Este acontecimento realizado, em 1979, teve o mérito de criar uma avalanche de atos, publicações, foros, eventos e iniciativas de ação, que intentaram responder às situações, necessidades, dificuldades e à problemática da criança no mundo (Wall, 2005: 41-42). Muitos governos preocupados pela sua imagem exterior adotaram medidas para reprimir o trabalho infantil, das crianças vendedoras ambulantes, os comportamentos das delinquentes e vadias, que percorriam as ruas das cidades, onde realizavam atividades perigosas ou de risco para sobreviverem ou vagabundeando à margem da sociedade, sem projeto de vida.

O quotidiano da criança produz-nos uma imagem e uma atitude para com ela como se fosse um sentir natural de toda a História da Humanidade. À medida que retrocedemos na História Social, detetamos, nesse passado, a crueldade, maus-tratos, abandono e exploração com a infância. De Mauss (1977) considera um pesadelo esse despertar do passado dos expostos, da mortalidade infantil, dos castigos, abusos, terror e abandono a que estavam sujeitas as crianças, principalmente das famílias mais desfavorecidas socialmente. É um facto que a mudança de atitude e posições sociais perante a infância vai-se refletindo nos mecanismos que a sociedade impõe para tomar medidas supressoras daquelas situações. Há um desfasamento entre os discursos e as ideias de proteção, de assistência e correção e as realizações práticas, por falta de meios sustentáveis. A história da criança abandonada, mendiga, vadia e/ou desvalida constitui um caminho de aproximação para compreendermos melhor a história social da infância portuguesa. Pensamos que a história social da educação ou história da educação, a história da puericultura e assistência, a história da psicologia da infância, entre outros âmbitos científicos não são simples narrações do passado, mas sim um modo de inteligibilidade pelo passado, do presente e, inclusive, do *devenir* da criança. Demorou muito tempo, aos investigadores entenderem a criança como sujeito histórico e social, de modo a interpretá-la nas suas representações do mundo e analisar o multifacetado processo de construção social da infância e o papel da sociedade perante essa invenção da modernidade. Segundo vários

autores, a criança assume um lugar importante no seio da família. Ao retirar a criança à educação familiar e ao trabalho infantil, a sociedade devolveu a criança à família, enquanto objeto afetivo privilegiado. De facto, a criança foi assumindo várias funções que a diluíram na família contemporânea (Wall, 2005: 466-467): função económica (mão-de-obra infantil); função assistencial (cuidados de saúde); função de linhagem (conservação da herança); função religiosa ('dádiva divina'); função estatutária (descendência); função de aquisição de autoridade ('*pater família*'); função afetiva (gratificação pessoal) e sentimentos dos pais; função simbólica de coesão (criar relações e de enlace).

Nos começos do século XX, foi-se constituindo o campo (de estudo) da infância moderna, articulando-se com o afixamento do modelo de família burguesa, a escolarização (expansão do sistema educativo), a proibição do trabalho infantil, o surgimento de movimentos filantrópicos de 'salvação da criança', acompanhado com legislação específica para menores e uma forte presença do Estado na regulação da reprodução social. A implementação progressiva daqueles dispositivos (família, escola e tutela do Estado) gerou o aparecimento de diversos tipos de crianças: criança normal integrada (família, escola), crianças perigosas, anormais, inadaptadas, em perigo moral e abandonadas. Assim, o modelo de infância passou a ser norma reguladora dominante. A estratégia de integração foi insuficiente, os conflitos sociais continuaram ou foram reprimidos e manteve-se vigente, as diferentes pautas culturais de socialização das crianças. No Estado Novo produz-se um retrocesso da capacidade de mobilização, auto-organização social e luta política das classes populares. A repressão e intimidação facilitou o modelo inquestionável de infância, apesar das diferenças sociais existentes: dependência dos adultos e da família, escolarização, afastamento da vida social, auxiliar a economia familiar, etc.

Lamentavelmente, a atuação jurídico-social, baseada na repressão, foi um modelo com grande implantação, ao dar respostas aos problemas de segurança social ou de sensibilidade da sociedade, enquanto se agravava os problemas reais dessa infância afetada por essas situações de conflito e dificuldades sociais, de carência e desamparo ou desvio.

Na década de 70 dão-se algumas modificações, num período de modernização da estrutura social e política (democratização no pós 25 de abril), como o crescimento económico, a industrialização, a urbanização e o despovoamento rural e concentração nos grandes centros urbanos, o crescimento da mão-de-obra industrial e comercial e o surgimento de 'novas classes médias'. Todas estas alterações reforçaram a ação reguladora do Estado que procurava garantir a expansão económica e integração social de todas as camadas sociais (inclusão), com sistema de segurança social, segurança no desemprego, assistência médico-sanitária, proteção à família, etc. As mudanças políticas para um sistema de liberdades civis e governos democráticos facilitaram as práticas de regulação, homogeneização cultural, de reprodução social, legislação referida à infância, no sistema educativo (Lei de Bases do Sistema Educativo - 1986), pautas demográficas (caída da natalidade) e aumento do consumo familiar. Todos os dispositivos de reprodução e regulação das distintas infâncias ou as instituições, mais diretamente encarregadas da socialização das crianças, têm na família (instrumento das aprendizagens de classe social), na escola (mecanismo civilizador e classificador na construção da infância), na rede social originada pelas novas tecnologias da comunicação e informação, no consumo de massas e na tutela do Estado com os excluídos e as desigualdades sociais, as bases configuradoras da sociedade portuguesa.

O futuro da infância, enquanto categoria social, é influenciado e relaciona-se com um conjunto de aspetos estruturais: sociais, culturais, económicos, políticos e educativos (Soares, 2001: 105-108). É possível investir qualitativamente na criança e nas suas infâncias, de modo a melhorar as suas vidas, eliminar as dificuldades sociais e familiares, as situações de conflito, de infração e desvio social, promovendo infâncias e percursos de qualidade de vida, bem-estar e segurança. Um dos fatores de risco para o desenvolvimento das crianças (Leach, 1994: 49-58) são as elevadas taxas de pobreza infantojuvenil, porque as famílias vivem abaixo do limiar da pobreza. Na verdade, o problema assume um especial enfoque porque as situações de pobreza (familiar, individual, social) apresentam características específicas (Silva, 1991; Silva e Costa, 1989). A organização dos serviços de assistência à criança revelou-se um dispositivo legal e constitucional de salvaguarda, já que as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com o intuito do seu desenvolvimento integral. Ultimamente, no âmbito das políticas sociais, a atenção dada às infâncias das crianças em risco tem vindo a ter um interesse enorme, proporcionando ações e condições promotoras de igualdade de oportunidades para todas as crianças, especialmente em situação de perigo ou de risco.

Nas últimas décadas, têm-se providenciando à criança um conjunto de direitos, uma crescente valorização da infância, no reconhecimento de necessidades e respostas cada vez mais substantivas para esta categoria social (Soares, 2001: 135-137). O aparecimento de organizações internacionais e nacionais de proteção à criança (UNICEF, ONU - Convenção dos Direitos da Criança, Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família, Comissões de Proteção de Menores, etc.) manifesta essa salvaguarda, proteção e orientação/encaminhamento das crianças, dando respostas às suas necessidades e situações.

Muitas famílias e/ou pais tutores têm procedimentos e ações relativamente às crianças que prejudicam o seu desenvolvimento, a socialização, os seus projetos de vida e bem-estar. Muitas delas passam a infância sem a viver como devia ser: manifestar-se como criança, brincar, relacionar-se e aprender em felicidade, alegria e despreocupação. Estas crianças são homúnculos que, desde muito cedo, conhecem privações, amarguras e contingências, por vezes, dramáticas de vida e aprendem a sobreviver e não a viver como 'CRIANÇAS'.

Falar do futuro da infância, exige uma assunção de que há diferentes crianças, diferentes infâncias e que não há um padrão comum. O reconhecimento das diferenças é fundamental para programar projetos de intervenção que permitam às crianças 'VIVER' e não sobreviver na sua infância.

-PROPÓSITOS & MOTIVOS- O propósito do estudo é analisar a criança, no domínio da sua infância, à luz da História da Educação Social, História Social da Infância, desde a modernidade à contemporaneidade. A nossa pretensão é analisar a infância, as infâncias nos contextos da modernidade e contemporaneidade. Ou seja, pretendemos perceber como eram/são encaradas as crianças portuguesas (mendigas, marginalizadas, vandalizadas, e em perigo moral, em risco) na vertente médico-social, jurídico social, e institucionalização educativa, numa aproximação descritiva e crítica à problemática de quem estiveram/estão à margem da sociedade, mas que conseguiram/conseguem refazer o seu percurso de normalização, educando-se.

Ao falar desta infância em conflito e em dificuldades sociais, associada às carências e necessidades que arrastavam no seu desenvolvimento, devemos falar de infâncias diversas em

contextos sociais e culturais diferentes ou infâncias em diferentes realidades, mas a marginalização da infância na sociedade foi uma temática preocupante que questionava as políticas de proteção. Neste sentido, é importante estudar a génese histórica das organizações, dispositivos relativos à infância, as configurações da infância (sociologia da infância), o significado de 'infância', de 'menor' e de outros termos como a marginalização e delinquência no campo infantojuvenil. Historicamente os estudos sociais e educativos referem-se à infância 'normal' como paradigma de referência, contrapondo-se ao da infância marginalizada, a diferente ou 'anormal'.

Na evolução da história da humanidade, surgiram ideias e perspetivas novas sobre as crianças e conceitos relacionados com a realidade em que viviam. De facto, a infância depende da perceção social que os indivíduos criam dela numa realidade relevante. Por este facto surgiu a necessidade de um conceito para se referirem a ela. Por exemplo, Ariès (1973) divulgou a noção de 'infância', com uma certa evidencia e de criação recente, surgida após a revolução industrial. Daí que todas as representações sociais sobre a infância em cada sociedade e cultura, em cada momento histórico, conformam os elementos básicos do contexto psicossocial e pedagógico, ou seja, relacional e interativo em que as crianças viviam e cresceram quotidianamente no seu contexto sociocultural e comunitário. Devido à dificuldade de comprovar aqueles elementos, as investigações científicas desestimaram os estudos sobre a infância.

De facto, a infância como construção social sofreu no decurso da modernidade processos de (re) institucionalização que puseram em causa as imagens e representações das crianças e que se apresentam dominantes até hoje (Sarmiento, 2000), quer na análise teórica da (re) construção das identidades sociais, quer nas subjetividades infantis dos fatores e condições de exclusão dos direitos sociais e de cidadania. Ou seja, os itinerários de cada criança têm sentido na perspetiva de indicadores estruturais que condicionam ou constroem a sua existência futura (incidência de pobreza/dificuldades, no acesso ao trabalho, efeitos do desemprego, falta de habitação e novas desigualdades no mercado laboral).

As crianças são reconhecidas como membros de um grupo social distinto, baseado na idade, dado que a infância é a etapa do seu ciclo vital do desenvolvimento. Para compreender as concepções de infância, segundo Archard (1993: 26-28), precisamos de ter em conta o período temporal (extensão), a sua natureza (qualidades) e ao seu significado e, por isso, essas concepções variam nas suas 'fronteiras' (quando começa e acaba), nas suas dimensões (diferentes perspetivas e atributos) e as suas divisões (1.ª, 2.ª e 3.ª infância e adolescência). Ou seja, qualquer concepção de infância varia em função das suas 'fronteiras' estabelecidas, as suas dimensões ordenadas e as suas divisões geridas. Neste sentido, qualquer concepção singular, seja na designação de 'criança', seja de 'Infância', funciona mais como construção social (representação) do que como realidade.

Ao tratarmos de crianças e da sua infância como se fossem da mesma realidade, haverá que clarificar as ruturas e continuidades que se estabelecem entre si. Assim, quando falamos de crianças, referimo-nos ao pressuposto de ser uma realidade humana num conjunto social diversificado, implicando distintas culturas infantis, em função das pertenças de classe, situações, dificuldades e diferentes parcelas de poder e de interesses (Ferreira, 2000: 19-22). Há, pois, uma interpelação com a condição biológica, as condições socioculturais e jurídicas. Pelo contrário, ao falarmos de infância (s) referimo-nos a outro tipo de conhecimento da realidade estruturada e construída desde a existência das crianças. De facto, falamos de

‘criança’ como ser humano em devir e de ‘infância’ como um período da existência humana referente a um grupo da população universal presente na sociedade. Por isso, o seu processo de socialização faz-se a partir de olhares e discursos na interação com o ambiente sociocultural e experiencial que se caracteriza na biografia do indivíduo desde que nasce e na sua relação com os outros (Ferreira, 2000: 94-109). A própria controvérsia social à imagem e retratos da infância implica uma sensibilidade do mundo adulto que, pouco a pouco, vai ganhando novidade e análises apoiadas em argumentos de factos e provas. Daí que surgiu a construção definidora médico-assistencial (higienista, puericultor, pediátrico) e social da infância e, posteriormente, a sua definição sociopsicológica e pedagógica (medicalização e psicologização pedagógica).

Nos últimos dois séculos muitas iniciativas proliferaram, umas mais lentas e efetivas que outras, multiplicando-se instituições e medidas socioeducativas, legislação tutelar, ações de assistência e outras intervenções a essa infância que sofria situações de dificuldade e conflito social. Este campo da História [Social] da Infância e da História da Educação [Social] são complexos, quer pela sua amplitude, quer pela diversidade de investigações e da análise avaliativa global. Por esta razão, foi longo o percurso desde a modernidade, num entramado de medidas, incentivos e práticas, com caráter preventivo e protetor que suprimiram alguns problemas em que viviam muitas das crianças, sem que tivessem vez (direitos), nem voz (necessidades). As campanhas de divulgação, os Relatórios Internacionais da UNICEF, da FAO, a ação de entidades ou organizações ligadas às ONGs, mostram as respostas e as medidas essenciais da população infantojuvenil na sociedade atual. Tal como nos últimos séculos, o direito à educação continua a não estar garantido em muitos países, assim como as medidas à pobreza e trabalho infantil. Nos bairros das cidades surgem deficiências de infraestruturas e os perigos sociais, a falta de tempo e dedicação da família para com as crianças é maior. Estas gritam e clamam que não lhes ligam nada!

Por conseguinte falar da infância na sociedade atual, remete-nos para o seu estatuto social e o seu enquadramento nas novas configurações da cultura contemporânea. A irrupção da infância como ‘ator social’ (novas maneiras de compreender a subjetividade e processos objetivos desde a experiência vivida pela criança) (Touraine, 1999: 20-22) aparece em novos contextos e que exige novas reflexões sobre o seu lugar na sociedade, na cultura e na educação. Trata-se de um problema da contemporaneidade devido aos processos complexos relacionados com a crise económica, com as novas formas de organização social, política e económica da atualidade. Essa irrupção pode explicar-se em quatro pontos: a)-maior valor social e cultural conferida aos ‘infantes’ resultante da reconfiguração demográfica da família e das novas relações sociais (rede); b)-cenário social da contemporaneidade imbuído pelos novos aspetos económicos e culturais de certos coletivos (mulheres, idosos) na função de educar as crianças; c)-visibilidade da infância como ator social numa reconfiguração ao nível da educação, convertendo-se numa prática cultural que compromete todos os espaços educativos e idades (intergeracionalidade), que deixou de pertencer exclusivamente à escola; d)-o discurso jurídico-social e jurídico-penal sobre os menores que vem universalizando os seus direitos, convertendo-se em sujeitos de direito nos espaços públicos e nas relações sociais (tratamento especial).

-A CRIANÇA- Existiu e existem várias representações da criança até aos dias de hoje: imagem romântica e idealizada, imagem divina, criança operária, criança pobre/mendiga,

criança delinquente e marginal, criança-paciente, criança-escolar (aluna), criança como membro da sociedade de bem-estar (políticas sociais e de proteção), criança-pública e membro de família. Os pais, ao longo dos tempos, nem sempre atribuiu à criança o devido valor e lhe concedeu os direitos que hoje lhe consagramos.

O constrangimento verificado na criação das crianças, no Antigo Regime, deveu-se às condições materiais e culturais que limitaram o desenvolvimento da sociedade da época. As alterações religiosas, políticas, sociais e económicas incidiram em algumas situações conjunturais e pouco mudaram a estrutura da sociedade. O conhecimento científico ainda estava longe de poder contrariar esta forma tradicional de explicar fenómenos e propor melhores condições de vida. Enquanto a medicina, com alguns progressos, foi pouco eficaz nos problemas infantis, antes século XIX, a Igreja refugiou-se na ordem moral e no controlo dos comportamentos e consciências dos seus fiéis. Assim, médicos, moralistas, juristas e pedagogos planificam um ideal educativo no contexto sociocultural e político vigente.

Na sociedade medieval europeia, o sentimento sobre a criança e a consciência da sua particularidade não existia (Ariès, 1973). Os indivíduos, ao superarem os 6 ou 7 anos de idade, passavam a pertencer à sociedade dos adultos, não existindo uma imagem, nem um tratamento diferencial dos adultos para com ela. Também o conceito de família não coincidia com o que temos hoje. As relações entre 'pais-filhos' baseavam-se no dever absoluto de obediência, de modo a manter vigente a ordem social da época. Era norma nas classes de boa posição social entregar os pequenos a amas mercenárias para a sua amamentação, enquanto as mães das classes pobres compaginavam o trabalho e as tarefas produtivas e domésticas com os cuidados das crianças. Este cenário fez aumentar os índices de mortalidade infantil e questionou a existência do '*instinto maternal*' na mulher e destacar a importância do contexto social em relação às atitudes da mãe com os filhos. Os historiadores sociais observam várias mudanças institucionais nesta época medieval que fez cimentar as bases da instituição da infância moderna, entendida como âmbito da vida social específico e separado do resto da vida social. A influência dos filósofos, humanistas e de muitos religiosos, entre os séculos XVI-XVII, foi decisiva na configuração da 'família cristã' (âmbito privado, com sentimentos próprios – valor específico) e da 'escolarização dos pequenos' – a escola/colégios (estrutura educativa separada da infância, com disciplina). Atribui-se à mãe de família o papel de organizar e gerir a economia doméstica e de formar os filhos (Pollock, 1983).

As mudanças nos séculos XVII e XVIII provocam alterações nas formas de organização religiosa, numa ética política ou económica. Esta percepção é bem explícita nas análises do ensino dos colégios e recolhimentos, onde se impõe mais as virtudes de âmbito social (postura, rendimento, civilidade), que as virtudes cristãs (esperança, caridade, fé). As ordens religiosas passam a definir-se em termos de funções sociais que eclesiais, já que há uma laicização do pensamento, uma politização dos comportamentos tradicionais que se articulam com valores comuns inseridos na nova ordem social. Nessas práticas educacionais, na passagem do século XVIII, para o XIX, aparecem as formas de educar, conhecer e (con) viver explicitadas por Rousseau no 'Emílio' e Itard com 'Victor – de Aveyron'. Ou seja, o homem, em seu estado natural, deve ser educado.

Com a Idade Moderna consolidou-se uma nova maneira de conceber a criança, apoiada na constituição de um âmbito privado, separada da esfera pública, em que a mãe se encarrega de supervisionar a criança e a sua escolarização. A construção da 'categoria infância' determina o

surgimento de discursos e conhecimentos de várias ciências, que reforçam a existência de um 'estatuto de menoridade' específico e separado da sociedade adulta. Por exemplo, o discurso pedagógico legitima a caracterização da criança como ser carente de razão, necessitando de orientação e programação disciplinária. A própria noção de 'natureza infantil' faz aparecer a paidologia, ou psicologia evolutiva que define e regula o desenvolvimento (cognitivo, moral) das crianças, com referência ao mito idealizado pela burguesia. O mesmo acontece no campo da medicina (desde finais do séc. XVIII), com o surgimento de discursos relativos à puericultura, higienismo e pediatria, com intuito de definir a 'natureza da infância' (ocultando o seu caráter de instituição social), com repercussões em outros conceitos e técnicas de regulação da vida das crianças. Esta 'sã preocupação' pela criança e os contributos da linguagem científica pretende justificar como é 'natural' a forma de governo/governança de crianças na modernidade.

Já no início do séc. XX, o movimento da escola nova distingue 'criança' e 'infância', como uma reação às ideias anteriores. Para os seus defensores, por exemplo, E. Claparède, a criança era um ser ou '*candidato sui generis*', com a necessidade natural de adquirir experiência. A infância seria o período ou estado adequado para essa aquisição de experiências e vivências, operando-se o desenvolvimento que leva a criança, pelo jogo e imitação, a enriquecer aquelas experiências e tornar-se um adulto pelo saber e ação. O entendimento da criança virá acompanhado de descrições do comportamento humano e da mensuração da 'mente'. Ora esse conhecimento oriundo da observação e experimentação com as crianças, especifica as origens e processos de desenvolvimento, contribuindo para a noção de que a criança explica o homem e a criança é o pai do homem. Por conseguinte, entender a criança e a sua infância e em especial a infância mendiga, carenciada, abandonada, vadia, marginalizada, delinquente, em risco ou em desvio social não foi uma tarefa fácil para a história social [Educação]. Só fazendo uma retrospectiva historiográfica, histórico-educativa à criança ou à infância normal, comparando-a com a 'outra infância', a necessitada, a abandonada, a desvalida, a vadia, a errante nos últimos séculos, compreenderemos essa evolução da condição humana, nas suas etapas de desenvolvimento e o modo como se efetuou a sua construção e inserção social. Permitem-me dizer que a infância recebe a sua construção social, a sua imagem conforme os contextos, espaços e a cultura em que vive.

Na segunda metade do século XX, destacamos a repercussão de várias teorias, entre outras, as de H. Wallon (relação emoção e consciência), Jean Piaget (embriologia da inteligência) e L. Vygotsky (desenvolvimento cultural), que contribuíram para a produção do conhecimento. Estes três pensadores (posição materialista e perspectiva genética) observaram as crianças, propuseram procedimentos (método clínico e experimental), levantaram hipóteses, escreveram e argumentaram (teorias), falando da inteligência, do jogo, afetos, pensamento e linguagem, representação, imaginação, consciência. Realizaram modos de aproximação à criança, objeto de estudo, com diferentes abordagens. A designação de '*Breve*' ou '*Longo Século XX*', respetivamente por Hobsbawm (1995) e Arrighi (1996), teve várias incidências, guerras e desgraças (mortalidade infantil, analfabetismo, flagelos sociais) sofreu mudanças nas condições existenciais, nas relações humanas e de produção, nas conceções de trabalho e da própria vida.

-A INFÂNCIA- Esta palavra tão quotidiana na linguagem e discursos humanos integra uma singular história concetual: a história da infância e/ou da criança, mas sempre unida à história da família e história social e da educação. A categoria 'Infância' é uma representação coletiva, produto de formas de relação social concretas: carácter socio-histórico e cultural. De facto ao designarmos infância, atribuímos mais de um conceito referente a realidades distintas e representadas com distintos níveis de abstração. Todas essas realidades têm em comum as crianças (meninos e meninas), mas correspondem a várias perspetivas de observação e de análise das pessoas ou adultos, dos seus contextos de vida e relações interpessoais estabelecidas com elas. Etimologicamente '*in - fanci*', vem do latim '*in-fale*', o que não fala (bebé). Com o tempo vai adquirindo linguagem e o significado do que não tem palavra, que não tem nada interessante ou que não vale a pena ouvi-la até à idade de adquirir capacidade de se expressar com raciocínio. Daí surgem conceitos unidos à infância como os de 'uso de razão', discernimento, competência, capacidade, amadurecimento, menor, menoridade, etc.

A Infância entende-se como um período determinado da vida da criança, medido ou enquadrado num período de idade e/ou de desenvolvimento (cognitivo, moral, social e emocional). Este intervalo é muito convencional, pelo qual nem todos estamos de acordo, acerca dos anos que abarca essa 1.ª, 2.ª ou até 3.ª infância. É aceitável considerar como infância ao período que vai desde o nascimento (bebé) até mais ou menos aos 14 anos ou 16 anos. Aos 10 ou 12 anos de acordo com a cultura social e até, mesmo, definida nas convenções dos direitos fundamentais da criança. De facto, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) considera que abarca até aos 18 anos, exceto se a maioridade for prevista através de legislação publicada em determinado país. Em termos legais e jurídicos é aceitável o intervalo dos 0-18 anos como infância e adolescência, coincidindo com a linguagem quotidiana, mas sem especificar uma solução de continuidade entre ambos termos. Mesmo com alguns erros de análise, os intervalos de idade da infância indicam pautas orientadoras, normas e hábitos socioculturais, com que nos relacionamos com esse intervalo e conceito (Casas, 1998: 343-346).

Podemos entender a infância em várias perspetivas como por exemplo: a demográfica que significa o conjunto de população de uma comunidade, região ou país, que tem idade compreendida com o intervalo convencional indicado anteriormente. Daí aparecerem os índices de natalidade, mortalidade, população escolar, etc. Outras perspetivas entendem a infância no leque de características psicossociológicas e biológicas desses sujeitos (da educação) em estado de desenvolvimento até à sua maioridade (jurídico-social). Neste caso, a idade cronológica considera-se um referente, mas não um indicador de precisão desse desenvolvimento por etapas ou estádios. Esta perspetiva proporcionou várias investigações no âmbito médico, psicológico, pedagógico, psicossocial, jurídico, etc. na procura de medir concretamente esse desenvolvimento infantil.

Na realidade a infância resulta ser aquilo que a gente diz ou considera que é a infância em si mesma, uma imagem ou representação coletiva partilhada, que evoluiu historicamente. Ou seja, perante a palavra 'infância', os cidadãos de um território, país e cultura, associamos uma série de ideias, que configuram um conjunto de conhecimentos lógicos, partilhados pelas pessoas da comunidade. Psicólogos, e sociólogos denominam '*representação social*' (no sentido de Moscovici) sobre a infância, ao conjunto de implícitos ou saberes quotidianos resistentes à mudança desde qualquer área científica, que se materializa na realidade psicossocial nas mentes das pessoas e que geram processos (interações, inter-relações e influencias sociais)

impostos à infância, condicionando as crianças e limitando a possibilidade de experiências ou perspectivas de análise fora da lógica. As situações reais das crianças são reais nas suas consequências. Daí, a infância aludir a diferentes realidades não estáveis, ao longo dos anos.

De facto a infância é uma fase biológica da vida, uma construção social, cultural e histórica. Compreendemos que as abstrações numéricas não podiam dar conta da sua variabilidade. Dos 8 aos 12 anos, os meninos eram considerados adultos – aprendizes e vestiam-se de acordo com a classe social como tais. Por isso, uma análise historiográfica a essa infância perdida é irregular e à margem da sociedade, em cada época, mas permitirá dar um clarão de luz a tudo o que era a infância na contemporaneidade.

É óbvio que a infância que conhecemos atualmente é o resultado de um longo processo de concetualizações para perceber a reprodução dos processos sociais que configuram a identidade (social, cultural) das crianças. Os discursos da sociedade são elementos fulcrais nessa reprodução, fazendo parte das estruturas desses processos de relações sociais e culturais. O próprio Foucault (1975) afirmava que as palavras enganam quando nos fazem crer a existência de coisas (normas, significações) são consequências das respetivas práticas. Nesta recuperação pelas palavras da infância e marginalização, no âmbito da ação histórica (forças instituintes e instituídas), indagaremos nas relações que a configuram a genealogia das instituições e as medidas de intervenção ou tratamento educativo.

No século XIX, a questão da criança e da sua infância converteu-se numa questão social e de educação social. A criança foi ganhando estatuto e identidade, tornando-se objeto de atenção e de controlo de vários domínios da vida (civil, social, laboral, educativo/escolar, jurídico-penal).

Na verdade, a infância moderna esteve acompanhada por modificações na estrutura dos sentimentos e que se repercutiram nas pautas comportamentais familiares e sociais. Recusava-se a prática do abandono dos recém-nascidos, como antes, nos hospícios e/ou ‘rodas dos expósitos. Tornou-se crime o infanticídio, desenvolveu-se a ternura e carinho para com as crianças conjuntamente com a imposição de normas disciplinares educativas e moras. O ambiente familiar passa a ser privado focalizando-se na criança. Todas as alterações realizadas configuraram uma revolução na afetividade, que organiza os sentimentos humanos, preocupação moral e o interesse psicológico pela criança, mas impeditivas da erradicação do desamparo, abandono, maus-tratos, mendicidade, vagabundagem e exploração infantil.

Os problemas ‘da’ e ‘com’ a infância estiveram inerentes ao processo de expansão da classe burguesa e capitalismo, à crescente industrialização e urbanização, à importância da escola na socialização da criança (escolaridade) e na implementação de mecanismos assistenciais, de serviços sociais e de proteção, etc., que se foram desenvolvendo em cada país. Aquelas problemáticas e dificuldades foram analisadas em vários congressos internacionais, convertendo-se numa ‘internacional infância’ socializadora de conceitos e respostas sociais, abrindo caminho à ‘internacionalização’ (Tomé, 2010: 481-483) de enfoques e tendências práticas na abordagem ao trabalho infantil (Lopes, 2002), escolaridade obrigatória (Carvalho, 1986), mendicidade e vadiagem (Caldeira, 2004), luta contra a miséria e pobreza, contra a mortalidade infantil, medidas assistenciais (Martins, 1999), reeducação de menores delinquentes (Martins, 1995; Oliveira, 1936), entre muitos outros problemas.

As respostas sociais foram aparecendo, por iniciativas de particulares e religiosos, enquadradas no movimento assistencialista de beneficência e filantrópico daquela época. Dos

finais do século XIX e começos do XX houve um intercâmbio de ideias sobre a proteção, pelo controlo jurídico-penal dos interesses e direitos tutelares dos menores, criação de tutorias da infância e/ou tribunais de menores, intervenções socioeducativas, tratamentos médico-pedagógicos e médico-psicológicos, institucionalização (escolas de reforma, reformatórios, institutos de reeducação) (Dupont-Bouchat & Pierre, 2001: 85-90). Pouco a pouco, a criança passa de assunto privado, familiar a assunto de Estado protetor, garantido pelos códigos civis e penais, especificando-se a noção de menoridade, (in) imputabilidade pela idade, tutela obrigatória, limites do exercício do poder tutelar, medidas de proteção especial para as crianças e jovens que não estivessem inseridas nas instituições sociais e escolares (Correia, 1933; Ferreira, 1957; Fonseca, 1990). Neste quadro jurídico-social de proteção aos menores contribuíram determinadas 'forças': a atitude crítica sobre os efeitos e implementação do sistema penal para os menores; o temor que as crianças enveredassem para o mercado laboral, engrossando uma 'mão-de-obra' (analfabeta) adaptada à produção industrial; a sensibilidade de parte da burguesia e críticos com as medidas retributivas dos menores infratores; o surgimento de uma racionalidade e avanço de áreas científicas (medicina clínica, psiquiatria, psicologia, pedologia, paidologia, puericultura, pediatria, etc.) para tratarem a inadaptação (social, escolar), a mendicidade e vadiagem, a delinquência e perigo moral.

No século passado, foi a criança a primeira a ter uma declaração específica (Direitos da Criança, em 1924), no quadro dos Direitos do Homem. Naquelas décadas, vários países europeus legislaram políticas de proteção judicial (direito tutelar de menores), para defender os direitos, interesses e necessidades dos menores, sendo Portugal um dos pioneiros (Lei de Proteção à Infância de 1911).

Relativamente ao termo adolescência, este surge no seguimento da delimitação do conceito de infância. A instauração da escolaridade obrigatória e a proibição do trabalho infantil na Monarquia Constitucional criaram um lapso temporal quanto ao futuro dos jovens, isto é, ao terminar a instrução primária, continuavam a não possuir a idade mínima exigida pelo mercado de trabalho. Assim, as sociedades desenvolveram movimentos de intervenção com jovens para o uso construtivo dos seus tempos livres, colmatando, desta forma, a falta de supervisão parental a que estes jovens se encontravam sujeitos durante a maior parte do dia. Ao nível do conhecimento científico, começa a delinear-se a conceção de adolescência enquanto fase distinta da infância e da adulta, sendo concebida como uma fase de transição que encerra especificidades aos níveis físico e psíquico. Nesta matéria, destacamos o papel do psicólogo Stanley Hall, quando o período da adolescência era conceptualizado, de acordo com o modelo '*storm and stress*', colocando a tónica no aspeto biológico: os jovens eram perspetivados enquanto seres que requerem liberdade para mostrar o seu potencial e controlo para instalar a disciplina. De acordo com esta conceitualização da infância e adolescência, em que as falhas das crianças representavam as falhas dos pais, enquanto entidades responsáveis por cuidar, assistir, proteger e disciplinar. Insistimos que estas famílias, objeto de problematização, pertenciam sobretudo às classes trabalhadoras e operárias, as famílias numerosas e desfavoráveis socialmente e que urgia controlar a defesa social).

-HISTÓRIA [Social] da INFÂNCIA- Ph. Ariès (1973) constitui um dos autores mais influentes, mas simultaneamente mais criticados ao intentar representar socialmente a infância. Ele analisou o lugar que a criança ocupou no imaginário coletivo, desde o século XI até ao século

XVIII, com a pretensão de reconstruir a origem do distanciamento entre pais/família e filhos, no espaço próprio e privativo para as crianças, mas cabendo o controlo à família e à escola. Aquele investigador francês distingue dois períodos de análise: sociedade tradicional e sociedade moderna. No primeiro a família não tinha um papel preponderante na socialização e aprendizagem, já que ela se situava, ao nível da comunidade e por isso não havia função afetiva (o amor não era indispensável e os sentimentos eram superficiais). As crianças pareciam '*animaizinhos de mimo*', mas eram pouco significativa a sua presença. A preocupação daquele investigador situava-se na origem da noção de infância. É verdade que na sociedade moderna desapareceu a sociabilidade da Idade Medieval, já que a família se retraiu para um espaço privado (lar), desenvolvendo novos sentimentos – o familiar. Depois, na era da escola, a criança foi separada da vida dos adultos e se recluiu na escolarização, que para Ariès (1973: 9-13) se parecia à reclusão dos pobres e loucos. Contudo, consideramos que a educação foi um elemento fulcral na construção da identidade infantil (aprendizagem e socialização) e de preparação para enfrentar os problemas que se lhes deparavam (papel da escola e instituições educativas não formais).

É obvio que os estudos de Ariès influenciaram a sociologia e historiografia da infância, apesar dos historiadores os interpretarem no âmbito de que se as crianças tinham sido ou não queridas pelos adultos. Esta não foi a intenção do historiador francês. E. Shorter (1975) e L. Stone (1977) partilham alguns aspetos da interpretação de Ariès, mas criticam os períodos, o carácter de transformação e os fatores explicativos, ou seja, não se limitam às representações, mas às realidades materiais e ao trato quotidiano dado às crianças.

Na verdade, as investigações historiográficas coincidem, por um lado, em destacar as mudanças registadas nas atitudes para com a criança, mas divergem na valorização desses processos. Por exemplo, De Mause (1977) justifica na evolução progressiva das sociedades para com as crianças, ao longo dos anos (teoria psicogenética da história), com as atitudes de certas famílias ocidentais contemporâneas. Neste sentido a '*História da Infância*' foi-se desvelando pouco a pouco. As conceções da infância estariam associadas às formas de criança, as quais se concebem historicamente por relações paterno-filiais (infanticídio, abandono, ambivalência, intrusão, socialização e ajuda/apoio). A aproximação entre pais-filhos ou família-filhos/crianças vai-se superando em cada geração, com impacto na sociedade.

Os próprios argumentos de Ariès (1973) são críticos com o processo de surgimento da infância moderna, já que se pode destacar a perda de liberdade e o 'enquadramento' das crianças nos moldes rígidos sociais: '*La solícitude de la familia, de la Iglesia, de los moralistas y de los administradores, privó al niño de la libertad de que gozaba entre los adultos (...). Sin embargo, este rigor reflejaba otro sentimiento diferente de la antigua indiferencia: un afecto obsesivo que dominó a la sociedad a partir del siglo XVIII*' (Ariès, 1987: 542-544).

Estas disparidades de manifestações encontram o seu fundamento em modelos de família e de infância diferentes, articulando-se com a existência de grupos e classes sociais enfrentadas. Analisou-se a história da infância tomando por modelo a família burguesa centrada na criança, à margem dos seus vínculos com o resto da estrutura social. Por isso, esse passado histórico expressa a falta de cuidados, de proteção e compreensão para com ela. Se estudamos as famílias e, muito particularmente, a mulher em relação com as mudanças sociais e económicas, teremos que indagar essas relações entre as classes sociais e, daí os fenómenos relativos à

infância são mais complexos, ao perder a criança as suas conotações 'naturais' e ficar dependente de condicionalismos.

Por conseguinte, o investigador da educação social da infância deve investigar com uma variedade de metodologias (quantitativas, qualitativas), métodos e estratégias de abordagem aos documentos, arquivos, dados e fenómenos registados nas diversas fontes arquivística, numa triangulação de dados, narrativa e metodologias que permitam a explicação e interpretação da sua estrutura histórico-social, do seu subsistema educativo e familiar, que constituem notas caracterizadoras, que vão ao encontro das expectativas funcionais do modelo social. Toda esta investigação pode criar mecanismos dialéticos-críticos que se interrelacionem com outros fatores configuradores da estrutura da sociedade de cada época (demografia, educação, economia, poder político, ideologia, organização social, políticas sociais e assistenciais, mentalidades, saberes científicos, aspetos jurídico-penais, higienismo, etc.)

Os temas que os historiadores, à volta da História (Social) da Infância, tenderam ou tendem a pesquisar, são os seguintes: a reconfigurar a conceção de criança e infância desde diversos enfoques (áreas científicas), dando imagens, representações e narrações desse período de vida; orientações pedagógicas-educativas dos processos psicopedagógicos da génese da conceção da infância. Esta última abordagem subdivide-se em quatro correntes com impacto na História (Social) da Educação: 'revolução sentimental' proveniente do ambientalismo pedagógico de Rousseau (1940), que postula o isolamento da infância da vida social; movimentos a favor da escolarização e do papel da escola na socialização das crianças (sistema educativo); desenvolvimento das ciências sociais e humanas, especialmente a Pedagogia, a pedologia/paidologia ou psicologia do desenvolvimento, que contribuíram cientificamente para a compreensão do desenvolvimento e conduta infantojuvenil, mostrando a normalização e/ou as anomalias da degeneração dos menores; projeção da assistência à criança e à sua infância tendo em conta a mãe e a família (políticas sociais e assistência e providência social). Os historiadores preocuparam-se mais pelas mudanças e melhoria da escola, sistema educativo (currículo, aprendizagem, metodologias, relação pedagógica, atividades centradas na criança, formação de professores e avaliação) e análise de novos projetos. Mais tarde, com o desenvolvimento da História da Vida Privada, História Social e Cultural, História da Assistência Social, História da Mulher, etc., os historiadores abriram novos campos de investigação sobre a infância (giro histórico).

-HEURÍSTICA: Fontes documentais e arquivísticas. O investigador em História Social e da Educação analisa, explica, descreve e compreende (metodologia hermenêutica) os processos, acontecimentos e documentos históricos, de forma dinâmica relacionando o 'social' com o indivíduo, grupo e sociedade, assim como com as instituições estruturas e conjunturas no tempo e espaço, com o intuito de formular teorias explicativas/interpretativas desses processos, acontecimentos e sistemas (Ruiz Bérrio, 1976). O seu campo científico é o 'histórico' e a sua abordagem é o método científico, pelo qual formula problemas verificáveis e submete à prova hipóteses (Bloch, 1998). Estamos de acordo com Jerzy Topolski (1982: 411-419) ao salientarem a importância das fontes/documentos, assim como o referencial teórico-conceitual. Assim, à medida que analisamos, recolhemos e interpretamos em simultâneo (tipo bola de neve) essa documentação arquivística e os testemunhos (orais) na investigação. Na verdade, o historiador ao dispor de dois instrumentos imprescindíveis (método comparativo e construção

de modelos) percebe que os dados e a informação recolhida são mais instrutivos se questionar, de forma diversa, esses factos históricos, o que exige um vasto conhecimento científico com base em várias teorias (Floud, 1973).

Sabemos que existe diversos tipos de explicações na História Social: genética, funcional/estrutural; causal e descritiva (Topolski, 1982). Contudo, para além das explicações (causais), é importante a síntese a qual depende do modelo utilizado pelo historiador (modelos isomórficos, arbitrários e contrafatuais). Deste modo, o nosso estudo situa-se na investigação histórico-descritivo e documental, que nos fez ‘vagabundear’ heurísticamente em arquivos (Cruz Mundet, 2001), manuseando documentos e fontes primárias e secundárias, investigações sobre a criança/infância, seguindo a metodologia qualitativa. Ao longo de duas décadas, consultámos e manuseamos uma diversidade de fontes documentais, anuários, livros e legislação em diversos arquivos (distritais, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Casa Pia), Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, estatísticas, bibliotecas universitárias, bibliotecas municipais e hemerotecas do país, sobre o tema da infância desvalida, vadia, delinquente, abandonada, desamparada mendiga ou em perigo moral, instituições, etc., no arco histórico do século XIX e XX.

Pesquisámos um conjunto de fontes documentais que podem ser divididas em três âmbitos: os documentos arquivísticos ou de arquivo; as fontes secundárias sobre a “outra” infância/criança, instituições asilares, medidas assistenciais, legislação, eventos, etc. (Século XIX-XX); a imprensa, as imagens e/ou iconografia. Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se por utilizar uma abordagem socio-histórica e histórica documental, revestindo-se importante na análise interpretativa do material recolhido. Todo o processo heurístico de pesquisa e revisão de literatura permitiu-nos destacar que a imprensa, a partir da década de 80 do século XX, tem vindo a assumir uma nova importância no desenvolvimento do conhecimento histórico, sendo uma ‘*fonte imprescindível*’ (Lopes, 2004: 87). Apoiamo-nos em termos científicos nos seguintes critérios: relevância (social, educativa, científica), viabilidade (acessibilidade à documentação e fontes primárias e secundárias); originalidade (lacuna historiográfica no tema da ‘Criança [Sem] a sua infância’ normal, na História Social, e um reexame de temas já analisados, com nova documentação); uma nova leitura proveniente da análise aos discursos sobre a infância na modernidade e contemporaneidade.

Os nossos objetivos de estudo obrigaram a adotar a metodologia histórica com diversas técnicas de recolha de dados e produção de informação. Nesta pretensão de caracterizar o modelo normalizado da ‘infância’ a sua evolução até a contemporaneidade, recorreremos a fontes bibliográficas, arquivísticas e documentais. A análise dos dispositivos de socialização dessa infância provém da interpretação de fontes (primárias, secundárias), legislação e políticas (sociais, assistenciais, educativas), assim como a análise da imagem e representações das crianças na imprensa, literatura e informação estatística do Instituto Nacional de Estatística, etc.

Consultámos e analisámos documentação dos seguintes arquivos e centros de documentação:

-Anuários Estatístico do Reino de Portugal (1908 a 1923). *Anos Estatísticos de 1903 a 1915 -1919, Vol. s I,II (fasc. I, II) - Direção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais - Ministério da Fazenda ou Finanças*. Lisboa: Imprensa Nacional.

-Arquivo e Biblioteca da Câmara Municipal de Lisboa (Campo Pequeno e Arquivo Fotográfico (Av. Almirante Reis) e Hemeroteca (Bairro Alto); Arquivo do Governo Civil de Lisboa e Porto.

-Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa (s/d). *Anos de 1903-1918*. Lisboa: Bertrand Irmãos.

-Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Av. D. Carlos I);

-Arquivo da Torre do Tombo – Direção Geral de Arquivos.

-Arquivo Histórico Parlamentar – Diários do Governo - I Série – Legislação de 1889-1911, 1911-1914, 1914-1933. Lisboa: Imprensa Nacional

-Associação Protetora das Florinhas da Rua – Arquivo (Campo Mártires da Pátria – Lisboa).

-Associação Protetora da Primeira Infância (Largo do Museu de Artilharia – Lisboa)

-Bibliotecas das Universidades de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto.

-Biblioteca do Ministério da Educação (Av. 5 d Outubro – Lisboa).

-Biblioteca Municipal de Lisboa e Porto – Arquivos e Hemeroteca.

-Biblioteca Nacional de Lisboa – Instituto do Livro.

-Diário da Câmara dos Senhores Deputados (1903). *Proposta de Lei nº 32-B sobre Assistência Pública (71ª Sessão em 9 de maio)*, (pp. 14-50). Lisboa: Assembleia da República; Diário da Assembleia Nacional – Constituição (1911). *Promulgação de legislação*. Lisboa: Imprensa Nacional;

-Diários do Governo (1880-1962). *Legislação*. (Lisboa: Imprensa Nacional).

-Encyclopédia Portuguesa Illustrada (1900-1909).

-Fototeca do Palácio Foz – acervos de imprensa.

-Fundação de Solidariedade D. Pedro V (Asilo) (Av. Infante Santo – Lisboa).

-Instituto Adolfo Coelho (Albergaria de Lisboa) – Largo da Luz em Lisboa.

-Instituto Português de Arquivos (extinto) – Edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa (fundo do Governo Civil de Lisboa, de asilos, irmandades, juntas de paróquia, etc.)

-INE -Instituto Nacional de Estatística (1925 a 1964). *Anuário Estatístico de Portugal. (Ano de 1924 a 1962 e 1963 a 2000 -Direcção-Geral de Estatística)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

-Governo Civil de Lisboa (Rua Capelo) – Livros de cadastros das instituições de assistência privada em Lisboa, requerimentos, etc.

-Policia Civil de Lisboa (Biblioteca Nacional de Lisboa – Torre do Tombo): Livros de Registos das ‘capturas enviadas a juízo’, ‘Queixas enviadas a juízo’ e registo de mendigos.

-Publicações Periódicas de Imprensa/Periódicos (diários, semanários e revistas): ‘A Pátria’, ‘A República’, ‘A Capital’, ‘O Tempo’, ‘Diário de Lisboa’, ‘O Século’, ‘O Diário da Manhã’, ‘O Dia’, ‘Diário do Senado’, ‘A Batalha’, ‘O Mundo’ (1912-1915), ‘A Vitória’, semanário ‘Gazeta das Escolas’, a ‘Ilustração Portuguesa’ (1906-1924), ‘Seara Nova’, ‘Novidades’, ‘O Albergue das Crianças Abandonadas’ (1903-1904), ‘Jornal da Mulher (1910-12), Revista mensal ‘Florinhas da Rua, ‘O Notícias Ilustrado’, ‘A Tutoria’, ‘A Escola Portuguesa’, Revista ‘Educação Social’,

'Revista da Assistência', 'Boletim da Assistência Social' (1943-1951), 'Revista da Beneficência', etc.

-Sociedade de Instrução e Beneficência José Estevão (Alameda das Linhas de Torres – Lisboa).

-Fontes impressas (anuários, bibliografias, boletins, enciclopédias portuguesa e brasileira, estatutos/regulamentos de asilos e associações, monografias) e estudos sobre a Infância abandonada, desvalida delinquente e a sua proteção.

Todas estas fontes ilustram a criança em várias temáticas, como o trabalho infantil, as relações entre aprendizes e mestres nas oficinas, as relações das crianças com os adultos e as instituições de acolhimento e (re) educação, a mortalidade infantil e a pobreza, os maus-tratos e a violência, os delitos, a delinquência infantojuvenil, a orfandade, a 'roda de expostos', a educação nos reformatórios, a indisciplina, etc.

Sabemos que a História da Educação (Social) estuda diacronicamente uma parcela da atividade e do comportamento humano e a atividade de se instruir e educar, sem se descuidar de que se trata duma atividade inserida no campo mais amplo que a condiciona sistematicamente. Todo o fenómeno educativo e social, toda a teoria ou ideia sobre as questões sociais ou educativas inserem-se no contexto das condições políticas, económicas, sociais e culturais de cada época. Tudo isto exigiu de nós um tratamento interdisciplinar dos nossos objetivos.

-ESTRUTURA METODOLÓGICA DA OBRA- Ao longo dos tempos utilizou-se várias conceções sobre a educação da infância que originaram a existência de práticas escolares e não escolares (instituições de assistência educativa ou de recolhimento), dependendo das finalidades a ela atribuída. Estes posicionamentos, historicidade e complexidade dos fenómenos educativos e sociais relacionados com a criança e a sua infância (conceito de educação, assistência, reeducação, correção, regeneração moral, reabilitação, etc.) a que tiveram acesso os historiadores sociais nas suas investigações reclamam uma análise hermenêutica e uma reflexão que permita aproximá-los ao 'histórico' de cada época, numa rigorosidade e validade interpretativa. Ora bem, a historicidade e a complexidade dos fenómenos na realidade da infância ou da criança, principalmente a 'outra' infância à margem da normalidade, estabelecida estão marcadas pela historicidade em si da História, ou do carácter histórico da infância na modernidade e contemporaneidade. Nessa abertura historiográfica, ao ser humano (em formação), no sentido de P. Freire, é que construímos socialmente a infância. A História da Educação e da Infância é a História dos diferentes enunciados que permitem realizar diacrónica e sincronicamente as práticas de assistência, regeneração e educação dessa infância mendiga, pobre, órfã, vadia e marginalizada, no contexto histórico e da realidade em que vivem.

Deste modo, dividimos o livro em quatro Capítulos, com os seus respetivos pontos e subpontos. No primeiro Capítulo abordamos o descobrimento, a génese, a revalorização e a transformação da criança e infância como construção social na modernidade: em referência à criança na 'História' e, em especial, à História Social e da Educação através dos estudos e enfoques historiográficos; o interesse das várias ciências na dimensão científico-histórica pela descoberta da estrutura da infância; o sentimento pela infância em termos de imagens e

representações; o olhar retrospectivo da criança e da sua infância até ao século XVIII; a infância no contexto da sociedade burguesa liberal.

O segundo Capítulo é dedicado ao 'Século da Criança', tem como tópicos: a infância da categoria 'natural' à 'social' da infância; a visão das novas correntes sociopsicológicas e psicopedagógicas; a conquista dos direitos fundamentais da 'Criança' e as convenções internacionais; a análise hermenêutica aos estudos historiográficos sobre a criança e a sua infância; os direitos conquistados pela criança e o seu reconhecimento.

No terceiro Capítulo titulado '*Políticas sociais e assistenciais*' do acolhimento, assistência e proteção à 'outra infância', ou seja, aquela infância que se encontrava em condição de carência, abandono, mendicidade, vadiagem ou em dificuldades e situações sociais. Assim, analisámos os seguintes pontos e subpontos: o cenário dos problemas da vida social e operária das famílias, nos séculos XIX-XX; a valorização das crianças com aplicação de reformas e respostas/medidas sociais (situações de pobreza, abandono, desamparo, a promiscuidade da rua como espaço de repressão); a proteção física; o sistema benéfico-assistencial e social (beneficência e protecionismo à mendicidade e indigência, medidas de política assistencial e familiar, assistência materno-infantil); movimento higienista e de profilaxia social (higiene social, puericultura, pediatria, higiene escolar); e a infância trabalhadora e as medidas de proteção ao trabalho infantojuvenil no contexto de racionalização económica.

No último Capítulo designado por '*Encerramento institucional*' da infância (acolhimento, proteção, reeducação ou formação de um ofício ou de uma profissão), abordamos os seguintes pontos e subpontos: os vadios e o seu destino de institucionalização, na intenção de reprimir, regenerar e reeducar; os movimentos e instituições de acolhimento e assistência educativa (casas de asilo, escolas de beneficência, de solidariedade e filantropia); a educação nos internatos asilares; as problemáticas nas estruturas das instituições benéfico-assistenciais; a distinção entre 'normal' e 'anormal' e referência a algumas instituições para a infância dita 'anormal' e os 'atardados', incluindo instituições específicas (Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia; Colónia S. Bernardino, Instituto Navarro de Paiva).

Terminamos com um Epílogo onde revemos e expomos alguns contributos da abordagem do livro à História [Social] da Infância e da Educação [Social]. Em termos historiográficos esta preocupação com a criança e a sua infância esteve presente a partir da modernidade. No entanto, a infância constitui um problema social desde o século XIX, sendo insuficiente convertê-la em tema de investigação histórico-científica, já que os seus estudos começam a meados do século passado, unindo-se à História da Infância, a História da Família e a História [Social] da Educação, como campos diferentes e inconciliáveis de pesquisa, até que em França e nos EUA a publicação de Ariès (1973) sobre a '*História Social da Infância e da família*' e a publicação de De Mause (1991) sobre '*A evolução da infância*', entusiasmaram os historiadores da educação [social], ao (re) construir a definição de infância. Até então, poucos historiadores expressaram o interesse pela temática, como objetivo de investigação. A História [Social] da Infância e as questões de aprendizagem relacionaram conceitual e socialmente a criança à escola, a manuais de ensino, pedagogia e educação. Enfatizou-se o descobrimento e/ou reconhecimento da infância moderna, associada ao surgimento de movimentos, sociedade e instituições protetoras para a acolher, assistir, cuidar e (re) educar. A falta de uma História [Social] da Infância (portuguesa) e dos seus registos historiográficos são indicadores da incapacidade dos adultos verem a criança tal como era na perspetiva histórica. Pouco a pouco,

esta área historiográfica está a ser influenciada com novos enfoques metodológicos de investigação e de política (social, assistencial, educativa, cultural), permitindo novas abordagens às suas necessidades/problemas vinculados à história social.